



Ano 6 • n. 6
Teresina-PI – 2015/2016
ISSN 2176-6959

REVISTA
ELEIÇÕES
& *Cidadania*

Escândalos de corrupção divulgados na mídia e a confiança nos parlamentares

Karina Matos⁸

RESUMO: O artigo tem por objetivo mostrar que para a democracia funcionar de verdade é preciso ir além do sistema em si. Os operadores desse sistema, no caso, os políticos, precisam contar com o apoio dos cidadãos. Se o desempenho dos políticos fica muito aquém do que é esperado, gerando uma frustração nas expectativas, ou uma demanda reprimida, a tendência é o afastamento do cidadão da participação política criando uma sociedade em que a dimensão eleitoral e as instituições políticas vão tendo seus espaços diminuídos. Dessa forma, analisamos qual a relação entre a imagem das instituições e a exposição na mídia. A cobertura midiática que mostra os inúmeros envolvimento de parlamentares com casos de corrupção faz com que haja uma percepção negativa dessas instituições, gerando uma desconfiança dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Política. Instituições. Confiança. Partido Político. Mídia

1 Introdução

Há muito tempo estudos com tradição culturalista apontam a confiança nas instituições como necessária para a estabilidade e legitimidade do regime democrático (INGLEHART, 2002; FUKUYAMA, 2002; PUTNAM, 2006), e associam que essa desconfiança nas instituições podem estar relacionadas ao envolvimento dos parlamentares em denúncias de corrupção (DELLAPORTA, 1999; POWER; JAMISON, 2005).

O desenvolvimento socioeconômico provoca mudanças nas atitudes em relação à autoridade, mudanças na forma de participação política e torna o público mais crítico e menos manipulável. As exigências em relação às instituições democráticas passam a ser crescentes, também aumenta a demanda por comportamentos mais responsivos da elite. Vive-se uma fase na qual se questiona a autoridade política e como essa

⁸ Cientista política.

autoridade age em favor da democracia. Democracia aqui entendida não apenas como uma democracia eleitoral, mas como uma democracia que realmente responde às necessidades das massas (INGLEHART, 2009, p. 40).

As mudanças socioeconômicas provocam mudanças culturais que se dividem em dois estágios; no primeiro, há uma secularização da autoridade, com dogmas e doutrinas que legitimam a autoridade política. No segundo, uma emancipação frente à autoridade. O crescimento dos valores de autoexpressão levam as pessoas cada vez mais a rejeitar a autoridade que viola os direitos individuais. Valores de autoexpressão entendidos aqui como os que valorizam a escolha humana, a autonomia e a criatividade em substituição aos valores de sobrevivência (INGLEHART, 2009, p. 41-47).

Para a democracia funcionar com excelência os operadores desse sistema, no caso, os políticos, precisam contar com o apoio dos cidadãos. Se o desempenho dos políticos fica muito aquém do que é esperado, gerando uma frustração nas expectativas, ou uma demanda reprimida, a tendência é o afastamento do cidadão da participação política criando uma sociedade em que a dimensão eleitoral e as instituições políticas vão tendo seus espaços diminuídos.

A percepção de uma imagem institucional negativa leva à desconfiança, se positiva, à confiança, combustível essencial para participação, à legitimidade e à qualidade do regime. Para Giddens, a confiança se mantém com base em dois tipos de compromisso: os “com rosto”, feitos em copresença (que pode ser midiática), e os “sem rosto”, a confiança em seres inanimados como as instituições. E a confiança nas instituições é fortemente influenciada pelos meios de comunicação que funcionam como “pontos de acesso” que permitem essa conexão entre indivíduos, coletividade e os representantes dos sistemas abstratos (GIDDENS, 2009).

Para Giddens, esses pontos de acesso tanto podem manter e reforçar a confiança como passar a ser ponto de vulnerabilidade. No caso das instituições, como partidos políticos e o Congresso Nacional, o que se verifica é que as pesquisas apontam que esses pontos de acesso, essas atualizações da mídia, afetam de forma negativa a confiança. As atualizações da mídia teriam um “forte viés anti-insti-

tucional” (PORTO, 1996). Os cidadãos teriam assim acesso não só à instituição como aos seus representantes.

E as formas do eleitor ter acesso ao rosto dos políticos são inúmeras, durante a campanha eleitoral e depois da posse. Nenhum outro poder tem tantos pontos de acessos, nenhum outro poder precisa prestar contas do seu desempenho e depende tanto de reciprocidade. Constantemente a literatura, o senso comum e a mídia apontam para essa relação entre confiança nas instituições e divulgação de denúncias de corrupção.

Assim, se os deputados e senadores são os principais atores na percepção subjetiva do cidadão, nada mais natural do que as acusações de corrupção e os escândalos a eles relacionados funcionarem como um grande redutor da confiabilidade da instituição, não somente pelo não cumprimento da missão institucional - que na percepção subjetiva do cidadão parece ser tão somente a elaboração das leis -, mas principalmente pela redução da credibilidade dos “compromissos com rosto”, estabelecidos pelos atores. (HENRIQUE, 2010, p. 424).

Para a democracia, mais do que qualquer outro regime, a transparência, improbidade e a confiança entre representantes e representados são essenciais para a sua legitimação. Especificamente essa pesquisa Ibope foi realizada em 2005, ano que veio à tona o escândalo do mensalão⁹, um dos casos mais graves de corrupção no Brasil, que envolvia um esquema de apropriação de recursos públicos e privados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o partido do Presidente da República e que sempre teve como atuação partidária a defesa da ética na política.

Teriam sido distribuídos cerca de 55 milhões de reais entre os anos de 2003 e 2004. Esse episódio na política do Brasil colocaria em discussão a capacidade de instituições como os políticos, os partidos políticos e a câmara dos deputados. E é exatamente nesse ano que os percentuais de confiança nessas instituições políticas são os menores já apresentados, chegando a apenas 8% de confiança nos políticos.

9 No dia 6 de junho de 2005, o deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ) deu entrevista afirmando que parlamentares do Partido Popular (PP) e do Partido Liberal (PL), que participavam da base aliada do governo, receberam mensalão. Mensalão seria uma mesada oferecida a deputados para votarem a favor de projetos de lei, encaminhados pelo Poder Executivo, em tramitação na Câmara dos Deputados (CAVALCANTI, 2005, p. 07).

Quadro 1 – Confiança nas instituições em porcentagem – Brasil, 2005

| | Confia | Não confia | Não sabe/não opinou |
|-----------------------------|---------------|-------------------|----------------------------|
| Médicos | 81 | 16 | 3 |
| Igreja católica | 71 | 26 | 3 |
| Forças Armadas | 69 | 27 | 4 |
| Jornais | 63 | 34 | 3 |
| Engenheiros | 61 | 33 | 6 |
| Televisão | 57 | 40 | 3 |
| Rádios | 56 | 40 | 4 |
| Igrejas Evangélicas | 53 | 41 | 6 |
| Sindicato dos Trabalhadores | 51 | 44 | 5 |
| Advogados | 48 | 47 | 5 |
| Poder Judiciário | 45 | 51 | 4 |
| Publicitários | 39 | 53 | 6 |
| Empresários | 37 | 58 | 5 |
| Polícia | 35 | 61 | 4 |
| Senado Federal | 20 | 76 | 4 |
| Câmara dos Deputados | 15 | 81 | 4 |
| Partidos Políticos | 10 | 88 | 2 |
| Políticos | 8 | 90 | 2 |

Fonte: IBOPE

A 52ª Legislatura (2003-2007) seria considerada a com maior número de escândalos da Nova República até 2008, obtendo os menores índices de confiança no Senado, na Câmara dos Deputados, nos partidos e nos políticos. E deve-se notar que a proximidade, o “compromisso com o rosto” aumenta o grau de desconfiança; seguindo o pensamento de Giddens, os deputados tem uma percentual desconfiança maior do que os dos senadores porque quanto mais próximos os representantes estão do povo, mais se tem um rosto para cobrar (HENRIQUE, 2010, p. 426).

O acesso à informação e a confiança nos parlamentares

Para analisar especificamente a influência da divulgação do escândalo do mensalão sobre os diversos segmentos da sociedade o instituto Datafolha¹⁰ realizou pesquisas entre 2005 e 2008 para verificar se

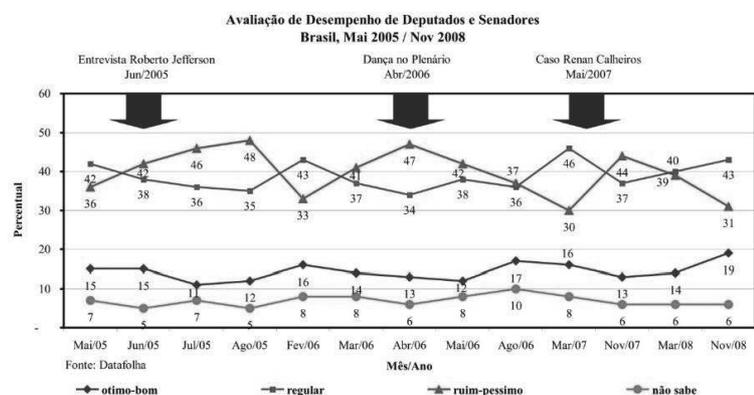
¹⁰ A pesquisa Datafolha é realizada por amostragem, com abordagem em pontos de fluxo populacional, com cotas de sexo e idade, e sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa é a população brasileira urbana com 16 anos ou mais, dividida em quatro sub-universos que representam as regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte/Centro-Oeste. Em cada subuniverso, os municípios são agrupados e sorteados de acordo com o seu porte. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%.

a divulgação do escândalo diminuiria a aprovação nos parlamentares. O Datafolha associou o aumento da reprovação no período a dois episódios: à repercussão da entrevista do deputado Roberto Jefferson à Folha de São Paulo, o que aconteceu em junho de 2005 e foi considerado o começo do escândalo e depois em abril de 2006, quando a deputada Angela Guadagnin comemorou em plenário a não cassação de um colega, o episódio ficou conhecido como a “Dança da Pizza”.

Durante esse período da pesquisa foi possível analisar também outro escândalo, envolvendo o então presidente do Senado Federal, Renan Calheiros. O escândalo vem à tona em maio de 2007 e em outubro Renan Calheiros se afasta da presidência do Senado, voltando um mês depois. O período analisado (2005-2008) é enriquecedor porque a legislatura (2003-2007) foi considerada a de maior número de escândalos desde a Nova República até 2008.

Os dados da pesquisa mostram que existe uma associação entre a divulgação dos escândalos e ao aumento na reprovação dos parlamentares.

Gráfico 1– Avaliação de Desempenho de Deputados e Senadores Brasil, Maio 2005/Nov 2008



Fonte: Datafolha

Com a repercussão do escândalo do mensalão, os percentuais de reprovação subiram 36% (em maio de 2005) para 42% (junho/2005), 46% (julho/2005) e 48% (agosto/2005). O segundo maior índice de reprovação foi de 47%, em abril de 2006, coincide com a Dança do Plenário da Deputada Guadagnin.

A pesquisa Datafolha avaliou também a relação entre o acesso à informação e os índices de reprovação dos parlamentares, para aqueles que disseram estar bem informados, o percentual de reprovação chegou a 56% (somando ruim/péssimo). Enquanto isso, aqueles que declararam desconhecer o escândalo apenas 25% avaliaram o desempenho dos parlamentares como ruim/péssimo. O que se verifica é que quanto mais conhecimento se tem sobre o fato, maior o índice de reprovação do desempenho dos parlamentares. Desinformação está associada à aprovação. No começo do escândalo 75% dos entrevistados disseram conhecer o assunto, já em julho, um mês depois, esse percentual sobe para 85%.

Quadro 2 – Avaliação de Desempenho dos Parlamentares e Conhecimento do Mensalão (data do campo 16/06/2005 e 17/06/2005)

Avaliação de Desempenho dos Parlamentares x Conhecimento do Mensalão
Jul 2005

| Avaliação | tomou conhecimento (%) | bem informado (%) | +/- informado (%) | mal informado (%) | Desconhece (%) |
|-----------------------------------|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Ótimo bom | 9 | 9 | 8 | 11 | 21 |
| Regular | 36 | 37 | 36 | 33 | 36 |
| Ruim/péssimo | 50 | 51 | 51 | 45 | 23 |
| Não sabe | 5 | 3 | 4 | 10 | 19 |
| (%) Total de entrevistados | 84 | 23 | 44 | 17 | 16 |

Fonte: Datafolha

À medida que a informação sobre o escândalo aumenta isso se reflete no aumento dos percentuais de reprovação do desempenho dos parlamentares. É o que se verifica na figura abaixo.

Quadro 3 – Avaliação de Desempenho dos Parlamentares e Conhecimento do Mensalão (data do campo 21/07/2005)

Avaliação de Desempenho dos Parlamentares x Conhecimento do Mensalão
Jun 2005

| Avaliação | tomou conhecimento (%) | bem informado (%) | +/- informado (%) | mal informado (%) | Desconhece (%) |
|-----------------------------------|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Ótimo bom | 11 | 7 | 12 | 14 | 27 |
| Regular | 39 | 35 | 38 | 44 | 36 |
| Ruim/péssimo | 47 | 56 | 48 | 36 | 25 |
| Não sabe | 3 | 2 | 1 | 6 | 12 |
| (%) Total de entrevistados | 75 | 19 | 38 | 18 | 25 |

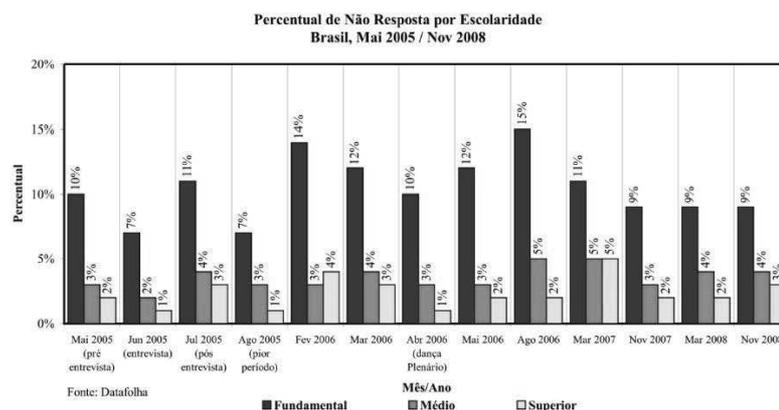
Fonte: Datafolha

A cobertura da mídia eletrônica também modifica os graus de percepção e repercussão do escândalo. Para 64,5% dos brasileiros a televisão é a principal fonte de informação política (MOISÉS, 2010), enquanto os jornais são utilizados como principal fonte de informação por apenas 6.4% dos brasileiros (CNT/Sensus 2007). Então, é compreensível que os maiores percentuais de reprovação estejam associados à divulgação do escândalo na mídia eletrônica. A televisão está presente em quase todos os lares brasileiros (95,1%) perde apenas para o fogão (98.2%). Outro meio também bastante acessível é o rádio, presente em 88,9% dos lares. (Pnad 2008).

Segundo Henrique (2010), os percentuais de avaliação como ruim ou péssimo também poderiam ser maiores, uma vez que a opinião não sabe/não respondeu também pode estar associada à baixa escolarização e/ou falta de capacidade para compreender os fatos:

[...] a maioria dos entrevistados não teria nem bagagem intelectual nem interesse suficiente para entender a maior parte das questões mais complexas elaboradas pelas elites escolarizadas e bem-informadas [...] a chave que diferencia os iletrados – que não opinam pela ignorância imposta pelas barreiras sociais – dos indiferentes, que não respondem por um ato de volição, está na segmentação de escolaridade e renda. (HENRIQUE, 2010, p.19).

Gráfico 2 – Percentual de Não escolaridade Brasil, Mai 2005/Nov 2008



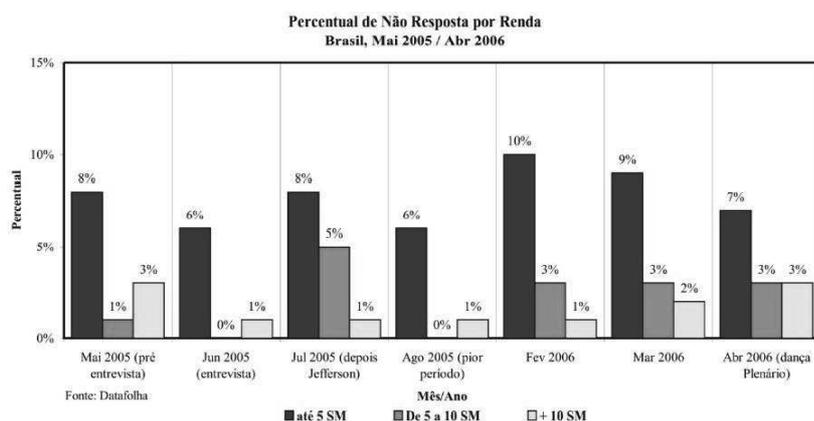
Fonte: Datafolha

Os menos escolarizados representam o maior percentual de não

respostas (média de 11%), enquanto os mais escolarizados ficam em torno de 2%, o que é praticamente nulo porque estão na margem de erro da pesquisa. Nos meses de maior divulgação do escândalo e maior reprovação do desempenho, esse percentual fica ainda menor, em torno de 1%.

Em relação à renda, o que se verifica é também uma associação de não resposta maior aos que têm menor renda, com média de 10%, para aqueles que ganham até dois salários mínimos e de 3% para os que têm renda mais alta.

Gráfico 3 – Percentual de Não Resposta por Renda Brasil, Mai 2005/Abr 2006



Fonte: Datafolha

São os mais ricos e escolarizados aqueles que mais criticam o desempenho dos parlamentares, com reprovação média de 54%. Entre os menos escolarizados e com menor renda, o percentual de reprovação do desempenho dos parlamentares é de cerca de 40%. Entre a renda e a escolarização, verifica-se que a escolarização tem uma relação ainda mais direta com a falta de confiança.

Informação, educação e renda estão na base das pesquisas que analisam o desempenho dos parlamentares, quanto mais informados, mais escolarizados e com maior renda, mais insatisfeitos ou mais críticos são esses cidadãos.

A educação torna as pessoas intelectualmente mais independen-

tes, porque elas não dependem mais das interpretações de terceiros em relação ao mundo [...] Além disso, a evolução da mídia de massa e a moderna tecnologia da informação permitem às pessoas livre acesso ao conhecimento, aumentando sua autonomia informacional [...] Esse processo lhes dá um sentimento de segurança existencial, levando-as a valorizar mais a liberdade de escolha e tornando-as menos propensas a aceitar a autoridade e verdades dogmáticas. (INGLEHART, 2009, p. 51-52).

A desconfiança política pode indicar uma desaprovação do desempenho dos atores políticos, porque esses cidadãos estão cada vez mais bem informados e exigentes, o que seria benéfico porque incentiva a participação dos cidadãos e a prestação de contas dos políticos.

Mas essa desconfiança não afeta a crença nos princípios democráticos.

O paradoxo: confiança e expectativas não alcançadas

Em 2008 a Associação dos Magistrados Brasileiros em parceria com o Instituto de pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), começou um estudo que avalia quantitativamente o nível de confiança dos brasileiros nas principais instituições do país. A pesquisa foi realizada de 29 de maio a 2 de junho de 2008, pelo IPESPE, através de consulta telefônica (nos domicílios ou locais de trabalho), com uma amostra de 1.500 entrevistados, representativa da população adulta com acesso à rede telefônica. A margem de erro máximo possível é de 1,6%, com um intervalo de confiança de 95,5%.

Foram avaliadas 17 instituições, os partidos que são a base do sistema democrático aparecem como a instituição menos confiável, com percentuais de confiança que variam de 15% a 22%. Em média, 72% dos brasileiros afirmam não confiar nos partidos políticos. As instituições político-partidárias são as que obtêm menor confiança da população.

A pesquisa dividiu as instituições em grupos de três, de acordo com as notas recebidas pelo percentual de confiança. No grupo das instituições mais bem avaliadas, com nota média 7, estão: Forças Armadas, Igreja

Católica e Polícia Federal. Num segundo grupo, com notas entre 6 e 6,6 estão: Imprensa, Ministério Público, Justiça e Igreja Evangélica. No terceiro grupo, com notas abaixo de 5 estão: Senado, Câmara dos Deputados, Câmara de Vereadores e Partidos Políticos.

No ranking de confiança, as forças armadas ocupam o primeiro lugar em confiança e os partidos políticos a última posição.

Por causa de sua formação simbólica ou da cultura política, a adesão à democracia é um fenômeno universal. Mas, ao mesmo tempo, a maior parte dos cidadãos que prefere esse regime às suas alternativas revela que, quando se trata das instituições democráticas e de governos específicos, sua atitude mais comum é de desconfiança, o que sugere que existe uma distância crítica entre o ideal e a prática da democracia na percepção das pessoas comuns. (INGLEHART; WEZEL, 2005; SHIN, 2005 apud MOISÉS, 2010, p. 45).

Esse paradoxo há muito vem sendo discutido, uma vez que se observa que o descontentamento com o desempenho das instituições democráticas é comum entre os cidadãos que vivem sob o regime democrático. A cada conquista alcançada, outras aparecem. Assim, atender todas as expectativas torna-se algo utópico; a teoria e a prática da democracia seriam diferentes por essência. A descrença, ou a desconfiança viriam de expectativas não alcançadas, ou no caso de países com democracia recente, de uma cultura em que essas mesmas instituições, há muito pouco tempo eram usadas de forma autoritária com o pretexto de manter a ordem.

Quanto à necessidade de instituições básicas, como partidos políticos e câmaras, essências da democracia, há de se observar um alto nível de desconfiança porque essas mesmas instituições há pouco tempo serviam aos interesses de outras autoridades políticas. Segundo Moisés (2010) essa desconfiança das instituições públicas, nas democracias recentes, estaria associada a sentimentos negativos sobre a política e a pouca participação. Já de acordo com Santos (2007), no Brasil, essa descrença seria muito mais uma manifestação das expectativas não atendidas do que uma desconfiança no regime em si.

Quadro 4 – Ranking de Confiança Nacional 2008

| | Confia | Não Confia | NS/NR | Saldo |
|------------------------------------|---------------|-------------------|--------------|--------------|
| Forças Armadas | 79 | 16 | 5 | 63 |
| Igreja Católica | 72 | 24 | 4 | 48 |
| Polícia Federal | 70 | 24 | 6 | 46 |
| Ministério Público | 60 | 30 | 11 | 30 |
| Imprensa | 58 | 33 | 9 | 25 |
| Poder Judiciário/ Justiça | 56 | 37 | 7 | 19 |
| Sindicatos De Trabalhadores | 55 | 38 | 7 | 17 |
| Igreja Evangélica | 53 | 38 | 8 | 15 |
| Governo Federal | 52 | 42 | 6 | 10 |
| Governo Do Estado | 49 | 44 | 7 | 5 |
| Prefeitura | 47 | 48 | 5 | -1 |
| Empresários | 44 | 45 | 11 | -1 |
| Assembleia Legislativa | 39 | 54 | 7 | -15 |
| Senado | 33 | 61 | 6 | -28 |
| Câmara De Vereadores | 26 | 68 | 6 | -42 |
| Câmara Dos Deputados | 24 | 68 | 7 | -44 |

Fonte: AMB, 2008.

Como os partidos políticos aparecem sempre com os menores índices de confiança poderia ensejar a discussão de uma crise nos partidos políticos, mas para teóricos como Mair (2003), o que se vê na verdade é uma mudança no papel do partido que deixa de ter menos importância como agente de representação e passa a ter um papel cada vez maior na gestão democrática.

É inegável que há um declínio na filiação partidária, o partido de massas dá lugar a um partido cada vez mais distante dos cidadãos e da sociedade para se aproximar do governo e do Estado. E três aspectos vão reforçar essa mudança dos partidos; de se tornarem cada vez mais fracos na base organizacional e fortes na face pública. Primeiro, o financiamento público que recebem do Estado, segundo, leis e regulamentos estatais que determinam como os partidos devem funcionar e em terceiro lugar, a prioridade dos partidos em serem detentores de cargos públicos (MAIR, 2003, p. 281).

Esse comportamento dos partidos faz com que a identidade partidária suma, dando lugar a uma identificação crescente do partido com os líderes partidários. E a sociedade também reage a esse comportamento dos partidos; utiliza cada vez menos os partidos como mediadores dos

seus interesses. Assim, a confiança no partido pode diminuir, à medida que o cidadão enxerga na instituição partidária um representante dos interesses do partido e não dos interesses da sociedade.

Se para os partidos, mais importante do que estabelecer uma identidade partidária é ganhar cargos e assim conseguir se manter no poder, para os cidadãos, não importa qual partido, eles passam a ter comportamentos parecidos, a confundirem-se uns com os outros. Essa aversão aos partidos preocupa porque pode gerar uma despolitização.

Na democracia, um dos aspectos mais importantes do regime é a ligação dos eleitores aos partidos políticos que dão uma estrutura e significados às crenças individuais. Antes dos partidos, o voto era direito de uma parte pequena da população. Os partidos lutaram pela expansão do sufrágio.

Em contrapartida, ao longo da história, sempre que os partidos se mostraram incapazes de desempenharem as suas funções, verificou-se um declínio da participação eleitoral. Em suma, o estado dos partidos políticos, e do sistema partidário em geral, desempenhou um papel crucial na saga da participação eleitoral nos países industrializados avançados do ocidente. (DALTON, MCALLISTER; WATTENBERG, 2003, p. 312).

À medida que os laços partidários declinam, muda o *timing* da decisão do voto, a decisão do eleitor passa do prévio sentimento de identificação partidária para uma decisão tomada durante a campanha eleitoral ou até mesmo no dia das eleições. O eleitor sem identidade partidária é mais suscetível às polêmicas e aos temas de curto prazo das campanhas, é mais vulnerável à manipulação e aos apelos de políticos demagógicos.

O declínio da participação eleitoral é um fenômeno recente, dos anos 90, uma consequência da diminuição do vínculo do eleitor com o partido. Se os partidos incentivam os partidários a votar, ao corpo a corpo das campanhas eleitorais, quando a campanha passa a ser centrada nos meios de comunicação toda essa relação é modificada; o envolvimento nas atividades partidárias diminui, os meios de comunicação passam a substituir os partidos como fonte de informação política e a diminuir o conteú-

do partidário das informações.

O declínio dos partidos pode estar associado a momentos de crise, a guerras, a agitação urbana e a conflitos de direitos civis ou à consequência da modernização social e política:

Os crescentes níveis educacionais contribuíram para o aumento dos recursos cognitivos e políticos médios dos cidadãos, que se refletem em crescentes níveis de interesse pelos assuntos públicos. Com mais informação política disponível a um eleitorado mais instruído, mais pessoas apresentam hoje o nível necessário de recursos e capacidade políticas para se tornarem politicamente auto-suficientes. (SHIVLEY, 1979; DALTON, 1984 apud DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003, p. 297).

A forma de participação política está mudando, do voto para manifestações, plebiscitos, abaixo-assinados. São formas de participação autoexpressivas, nas quais mesmo quando as pessoas se julgam incapazes de mudar as decisões oficiais, as manifestações tornam-se um valor em si. Dessa forma, a participação não está diminuindo, mas as formas de participação sim. As formas de participação lideradas pelas elites e a lealdade aos partidos hierárquicos estão enfraquecendo. O público sai do âmbito das campanhas eleitorais dominadas pelas elites para formas de participação mais autônomas e contestadoras (INGLEHAT; WELZEL, 2009, p. 69-70).

Por outro lado, os partidos também mudam e deixam de depender menos do público, passam a investir nos líderes do partido. O foco das campanhas sai do partido e é transferido para o líder, o que é claro, enfraquece a identidade partidária. O enfraquecimento do partidarismo aumenta a probabilidade de mudanças eleitorais súbitas. Esse declínio dos sistemas partidários democráticos também abre espaço para a emergência dos partidos verdes, à esquerda, e dos partidos conservadores, à direita (DALTON, 2003, p. 306).

Quanto mais escolarizados, mais reprovam o desempenho dos parlamentares

Como já foi tratado aqui, o termo mensalão ficou conhecido como a acusação de compra de votos do Congresso brasileiro durante o governo

Lula. A pesquisa Datafolha foi realizada no dia 10 de agosto de 2012, em 159 cidades brasileiras, foram ouvidas 2.562 pessoas com 18 anos ou mais. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Segundo a pesquisa, 81% dos entrevistados disseram ter conhecimento do caso conhecido como mensalão, 18% disseram estar bem informados, 44%, mais ou menos informados, 19%, mal informados e 19%, não tomou conhecimento.

Quadro 5 – Grau de conhecimento sobre o mensalão

P.4 Você tem conhecimento do caso conhecido como "mensalão", ocorrido durante o governo Lula? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre o mensalão? (Resposta estimulada e única, em %)

| | TOTAL | CONHECIMENTO SOBRE O JULGAMENTO DO CASO MENSALÃO | | | | |
|------------------------------|-------|--|--------------------|------------------------------|--------------------|------------------------|
| | | TOMOU CONHECIMENTO | Está bem informado | Está mais ou menos informado | Está mal informado | NÃO TOMOU CONHECIMENTO |
| TOMOU CONHECIMENTO | 81 | 97 | 99 | 97 | 93 | 36 |
| Está bem informado | 18 | 23 | 79 | 12 | 3 | 2 |
| Está mais ou menos informado | 44 | 51 | 18 | 77 | 27 | 21 |
| Está mal informado | 19 | 22 | 2 | 9 | 63 | 13 |
| NÃO TOMOU CONHECIMENTO | 19 | 3 | 1 | 3 | 7 | 64 |
| NÃO SABE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total em % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Base ponderada | 2562 | 1912 | 398 | 1003 | 511 | 645 |
| Total Nos. absolutos | 2562 | 1917 | 402 | 1002 | 513 | 640 |

Projeto: PC3636
Base: Total da amostra
Data do campo: 09/08/2012

Fonte: Datafolha 2012

Sobre o julgamento do caso, 75% dizem ter conhecimento, e destes, 39% estão mais ou menos informados, 16%, bem informados e 20%, mal informados. O conhecimento sobre o julgamento é influenciado pela escolaridade e pela idade; dos entrevistados, a taxa dos que se dizem bem informados é de 33% para os que tem curso superior e 11% para quem tem ensino fundamental. Entre os jovens, os bens informados são 8%.

Não basta apenas disseminar a informação, o veículo em que isso vai acontecer e a capacidade cognitiva dos cidadãos são fatores decisivos para que a informação repercuta. Estão nos seguimentos de maior escolaridade, os cidadãos mais críticos, aqueles que mais reprovam o desempenho dos parlamentares. Os dados mostram que a escolarização mais do que a renda influencia uma reação à notícia (HENRIQUE, 2010).

Quadro 6 – Grau de conhecimento sobre o mensalão x sexo x idade x escolaridade x renda x ocupação

P.5 E você tomou conhecimento sobre o julgamento do caso mensalão que está ocorrendo no Supremo Tribunal de Justiça, o STF ?
Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre o julgamento do mensalão ?
(Resposta estimulada e única, em %)

| | TOTAL | SEXO | | IDADE | | | | | ESCOLARIDADE | | | | RENDA FAMILIAR MENSAL | | | | OCUPAÇÃO PRINCIPAL | |
|-------------------------------|-------|----------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------------|------------------|------------|---------------|---------------|-----------------------|------------------------|--------------------|------|--------------------|--|
| | | Mascu- lino | Femi- nino | 16 a 24 anos | 25 a 34 anos | 35 a 44 anos | 45 a 59 anos | 60 anos ou mais | Funda- mental | Mé- dio | Super- ior | Até 2 S.M. | Mais de 2 a 5 S.M. | Mais de 5 a 10 S.M. | Mais de 10 S.M. | PEA | NÃO PEA | |
| TOMOU CONHECIMENTO | 75 | 76 | 73 | 64 | 76 | 80 | 80 | 74 | 65 | 78 | 84 | 69 | 82 | 80 | 68 | 77 | 69 | |
| Está bem informado | 16 | 18 | 12 | 8 | 13 | 18 | 22 | 18 | 11 | 15 | 33 | 12 | 17 | 28 | 42 | 17 | 13 | |
| Está mais ou menos informado | 39 | 36 | 39 | 39 | 40 | 40 | 35 | 32 | 43 | 50 | 36 | 44 | 50 | 38 | 41 | 36 | | |
| Está mal informado | 20 | 18 | 22 | 16 | 23 | 21 | 18 | 21 | 23 | 20 | 11 | 21 | 21 | 12 | 7 | 20 | 20 | |
| NÃO TOMOU CONHECIMENTO | 25 | 24 | 27 | 36 | 24 | 20 | 19 | 26 | 34 | 22 | 6 | 31 | 18 | 10 | 12 | 23 | 31 | |
| NÃO RESPONDEU | 0 | 0 | | | | | 0 | | | | | | | | | | 0 | |
| NÃO SABE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Total em % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | |
| Base ponderada | 2562 | 1241 | 1321 | 570 | 597 | 485 | 541 | 369 | 1127 | 1065 | 369 | 1361 | 806 | 187 | 73 | 1775 | 786 | |
| Total Nos. absolutos | 2562 | 1243 | 1319 | 569 | 598 | 484 | 541 | 370 | 1130 | 1059 | 372 | 1363 | 804 | 186 | 75 | 1769 | 792 | |

Projeto: PO3636
Base: Total da amostra
Data do campo: 09/08/2012

Fonte: Datafolha 2012.

Quando perguntados sobre se o caso conhecido como mensalão foi um caso de corrupção ou não, a maioria (82%) disse que sim, o mensalão foi um caso de corrupção, 7% disseram que não se tratou de caso de corrupção e 11% não souberam responder.

Quadro 7 – Grau de conhecimento sobre o mensalão x venda votos

P.6 Alguns defendem que o mensalão foi um esquema de corrupção que envolvia compra e venda de votos ou apoio no Congresso com uso de dinheiro público; outros defendem que o mensalão não foi um esquema de corrupção, mas arrecadação de dinheiro para pagamento de dívidas de campanhas eleitorais. Para você, o mensalão foi ou não um caso de corrupção ?
(Resposta estimulada e única, em %)

| | TOTAL | CONHECIMENTO DO CASO CONHECIDO COMO MENSALÃO | | | | |
|--|-------|--|--------------------|------------------------------|--------------------|------------------------|
| | | TOMOU CONHECIMENTO | Está bem informado | Está mais ou menos informado | Está mal informado | NÃO TOMOU CONHECIMENTO |
| Sim, o mensalão foi um caso de corrupção | 82 | 89 | 91 | 91 | 83 | 51 |
| Não, o mensalão não foi um caso de corrupção | 7 | 6 | 7 | 5 | 6 | 9 |
| Não sabe | 11 | 5 | 2 | 3 | 11 | 40 |
| Total em % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Base ponderada | 2562 | 2081 | 465 | 1120 | 497 | 460 |
| Total Nos. absolutos | 2562 | 2085 | 468 | 1116 | 500 | 476 |

Projeto: PO3636
Base: Total da amostra
Data do campo: 09/08/2012

Fonte: Datafolha 2012

No seguimento escolaridade, o percentual dos que tem curso superior e afirmam que o mensalão foi um caso de corrupção é de 93% e 18% dos que tem ensino fundamental não sabem responder.

Quadro 8 – Grau de conhecimento sobre o mensalão x venda x idade.

P.6 Alguns defendem que o mensalão foi um esquema de corrupção que envolveu compra e venda de votos ou apoio no Congresso com uso de dinheiro público; outros defendem que o mensalão não foi um esquema de corrupção, mas arrecadação de dinheiro para pagamento de dívidas de campanhas eleitorais. Para você, o mensalão foi ou não um caso de corrupção? (Resposta estimada e única, em %)

| | TOTAL | SEXO | | IDADE | | | | | ESCOLARIDADE | | | | RENDIA FAMILIAR MENSAL | | | OCUPAÇÃO PRINCIPAL | |
|--|-------|-----------|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|--------------|-------|----------|------------|------------------------|---------------------|-----------------|--------------------|---------|
| | | Masculino | Feminino | 16 a 24 anos | 25 a 34 anos | 35 a 44 anos | 45 a 54 anos | 55 anos ou mais | Fundamental | Médio | Superior | Até 2 S.M. | Mais de 2 a 5 S.M. | Mais de 5 a 10 S.M. | Mais de 10 S.M. | PEA | NÃO PEA |
| Sim, o mensalão foi um caso de corrupção | 82 | 84 | 80 | 81 | 86 | 85 | 83 | 72 | 74 | 87 | 93 | 77 | 89 | 91 | 96 | 85 | 75 |
| Não, o mensalão não foi um caso de corrupção | 7 | 7 | 6 | 7 | 5 | 6 | 6 | 9 | 9 | 5 | 4 | 8 | 4 | 6 | 4 | 6 | 7 |
| Não sabe | 11 | 9 | 14 | 12 | 10 | 9 | 11 | 19 | 16 | 8 | 3 | 15 | 7 | 3 | 0 | 9 | 18 |
| Total em % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Base ponderada | 2562 | 1241 | 1321 | 370 | 597 | 485 | 541 | 369 | 1127 | 1065 | 369 | 1361 | 805 | 187 | 73 | 1775 | 786 |
| Total Nos. absolutos | 2562 | 1243 | 1319 | 569 | 598 | 484 | 541 | 370 | 1130 | 1058 | 372 | 1363 | 804 | 186 | 75 | 1769 | 792 |

Projeto: PO3636
Base: Total da amostra
Data do campo: 09/08/2012

Fonte: Datafolha 2012

Depois de afirmar que o mensalão foi um caso de corrupção, foi perguntado ao brasileiro o que de fato aconteceria com os principais acusados do caso, 43% disseram acreditar que os acusados seriam absolvidos pelo Supremo Tribunal Federal, e 37% que seriam condenados, mas não seriam presos. Apenas 11% acreditavam em condenação com prisão.

A percepção da corrupção e a crença de que não há punição, aumenta a desconfiança nas instituições, diminui a obediência às regras e aumenta o percentual de reprovação do desempenho dos atores políticos. E esse percentual de confiança é fortemente influenciado pela mídia, uma vez que a mídia dá rosto aos parlamentares.

Quadro 9 – Grau de conhecimento sobre o mensalão x condenação STF

P.8 E pensando no resultado do julgamento do mensalão pelo STF, você acredita que os principais acusados serão condenados e presos, serão condenados mas não serão presos ou serão absolvidos? (Resposta estimada e única, em %)

| | TOTAL | SEXO | | IDADE | | | | | ESCOLARIDADE | | | | RENDIA FAMILIAR MENSAL | | | OCUPAÇÃO PRINCIPAL | |
|--|-------|-----------|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|--------------|-------|----------|------------|------------------------|---------------------|-----------------|--------------------|---------|
| | | Masculino | Feminino | 16 a 24 anos | 25 a 34 anos | 35 a 44 anos | 45 a 54 anos | 55 anos ou mais | Fundamental | Médio | Superior | Até 2 S.M. | Mais de 2 a 5 S.M. | Mais de 5 a 10 S.M. | Mais de 10 S.M. | PEA | NÃO PEA |
| Serão absolvidos | 43 | 43 | 43 | 42 | 41 | 40 | 47 | 43 | 43 | 44 | 41 | 45 | 41 | 44 | 43 | 42 | |
| Serão condenados, mas não serão presos | 37 | 38 | 35 | 38 | 40 | 41 | 34 | 28 | 31 | 40 | 48 | 33 | 41 | 51 | 46 | 39 | |
| Serão condenados e presos | 11 | 10 | 11 | 13 | 10 | 10 | 11 | 10 | 12 | 12 | 5 | 12 | 9 | 5 | 9 | 11 | |
| Não sabe | 9 | 8 | 11 | 7 | 8 | 7 | 8 | 18 | 15 | 6 | 3 | 13 | 5 | 3 | 2 | 7 | |
| Total em % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | |
| Base ponderada | 2562 | 1241 | 1321 | 370 | 597 | 485 | 541 | 369 | 1127 | 1065 | 369 | 1361 | 805 | 187 | 73 | 1775 | |
| Total Nos. absolutos | 2562 | 1243 | 1319 | 569 | 598 | 484 | 541 | 370 | 1130 | 1058 | 372 | 1363 | 804 | 186 | 75 | 1769 | |

Projeto: PO3636
Base: Total da amostra
Data do campo: 09/08/2012

Fonte: Datafolha 2012.

A pesquisa também analisou qual o grau de confiança dos brasileiros em várias instituições, entre elas, a confiança no Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte da justiça do país, responsável pelo julgamento dos réus do mensalão. O STF é muito confiável para 16% dos brasileiros, 51% confiam um pouco e 32% não confiam. O STF perde em confiança para

instituições como a imprensa e a Presidência da República. Na imprensa, 31% dos brasileiros dizem confiar muito, 51% confiam um pouco e 18% não confiam. Na Presidência, os percentuais de confiança são parecidos: 33% confiam muito, 52% confiam um pouco e 15% não confiam.

Os menores percentuais de confiança estão nos partidos políticos e no Congresso Nacional. No Congresso o percentual dos que confiam muito é de apenas 8%, confia um pouco 40% e não confiam 52%. Os partidos políticos são as instituições menos confiáveis para o brasileiro, com 52% de não confiança, 40% de confia pouco e 7% de confia muito.

Quadro 10 – Avaliação governo x confiança nas instituições

P.3 Você diria que confia muito, confia um pouco ou não confia:
(Resposta estimulada e única, em %)

| | | TOTAL | AVALIAÇÃO DA PRESIDENTA DILMA | | |
|--------------------------|-----------------|-------|-------------------------------|---------|---------------|
| | | | Ótimo/ bom | Regular | Ruim/ péssimo |
| PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | Confia muito | 33 | 48 | 8 | 4 |
| | Confia um pouco | 52 | 47 | 71 | 26 |
| | Não confia | 15 | 6 | 21 | 70 |
| | Não sabe | 0 | | | |
| SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | Confia muito | 16 | 20 | 10 | 8 |
| | Confia um pouco | 51 | 53 | 51 | 36 |
| | Não confia | 32 | 26 | 39 | 56 |
| | Não sabe | 0 | 0 | 0 | |
| CONGRESSO NACIONAL | Não respondeu | 0 | 0 | | |
| | Confia muito | 8 | 10 | 3 | 1 |
| | Confia um pouco | 40 | 44 | 38 | 17 |
| | Não confia | 52 | 45 | 59 | 81 |
| PARTIDOS POLÍTICOS | Não respondeu | 0 | 0 | | |
| | Confia muito | 7 | 10 | 3 | 2 |
| | Confia um pouco | 41 | 45 | 37 | 20 |
| | Não confia | 52 | 45 | 60 | 78 |
| IMPRENSA | Não sabe | 0 | 0 | | |
| | Confia muito | 31 | 34 | 26 | 22 |
| | Confia um pouco | 51 | 50 | 56 | 43 |
| | Não confia | 18 | 16 | 18 | 35 |
| | Não sabe | 0 | 0 | 0 | |
| | Não respondeu | 0 | 0 | | |
| | Total em % | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Base ponderada | 2562 | 1595 | 757 | 174 | |
| Total Nos. absolutos | 2562 | 1588 | 764 | 174 | |

Projeto: PO3636
Base: Total da amostra
Data do campo: 09/08/2012

Fonte: Datafolha 2012.

Se para que a legitimação do sistema aconteça é preciso relacionar ao grau de confiança nas instituições políticas como Congresso, partidos políticos, presidência e Senado. É preciso uma reavaliação, uma vez que a confiança em instituições como a presidência está associada ao desempe-

nho econômico e os partidos políticos, geralmente relacionados à corrupção, e incapacidade para atender as necessidades dos cidadãos.

Quanto à cobertura do julgamento do mensalão pela imprensa, a avaliação dos brasileiros começa pela abrangência, 45% dizem que é completa e 42% dizem que é incompleta, não sabe 13%. Para 46% a cobertura jornalística é parcial, 39% acreditam na imparcialidade. A imprensa trata o assunto de forma séria para 46% e de forma sensacionalista para 38%.

Quadro 11 – Conhecimento sobre o julgamento do mensalão x cobertura dos meios de comunicação

P.9 Na sua opinião, a cobertura que os meios de comunicação, de um modo geral, têm feito sobre esse assunto tem sido...
(Resposta estimulada e única, em %)

| | TOTAL | CONHECIMENTO SOBRE O JULGAMENTO DO CASO MENSALÃO | | | | NÃO TOMOU CONHECIMENTO | |
|---------------------------|-----------------|--|--------------------|------------------------------|--------------------|------------------------|----|
| | | TOMOU CONHECIMENTO | Está bem informado | Está mais ou menos informado | Está mal informado | | |
| A | Completa | 45 | 49 | 63 | 51 | 37 | 31 |
| | Incompleta | 42 | 43 | 33 | 44 | 48 | 41 |
| | Não sabe | 13 | 8 | 3 | 5 | 15 | 27 |
| | Não respondeu | 0 | 0 | 1 | | | |
| B | Parcial | 46 | 49 | 57 | 62 | 37 | 37 |
| | Imparcial | 39 | 41 | 37 | 42 | 44 | 31 |
| | Não sabe | 15 | 10 | 6 | 7 | 18 | 32 |
| | Não respondeu | 0 | 0 | 0 | | | |
| C | Séria | 46 | 50 | 59 | 51 | 39 | 36 |
| | Sensacionalista | 38 | 40 | 36 | 41 | 43 | 31 |
| | Não sabe | 16 | 10 | 5 | 8 | 18 | 33 |
| | Não respondeu | 0 | 0 | | | | |
| Total em % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | |
| Base ponderada | 2562 | 1912 | 368 | 1003 | 511 | 645 | |
| Total Nos. absolutos | 2562 | 1917 | 402 | 1002 | 513 | 640 | |
| Projeto: PO3636 | | | | | | | |
| Base: Total da amostra | | | | | | | |
| Data do campo: 09/08/2012 | | | | | | | |

Fonte: Datafolha 2012.

Os altos percentuais de desconfiança verificados na América Latina são para autores como Seligson (2002) resultado da pouca experiência institucional com a democracia. Os anos continuados de democracia aumentam a confiança interpessoal e a confiança nas instituições.

Inglehart (2002) defende que a confiança interpessoal é um fator essencial para o desenvolvimento das organizações sociais no regime democrático que essa confiança também tem influência de fatores culturais. As sociedades protestantes teriam culturalmente um nível de confiança interpessoal maior do que as sociedades católicas, mesmo as sociedades católicas mais ricas tem um nível de confiança interpessoal menor do que nas sociedades protestantes (INGLEHART, 2002 apud HARRISON; HUNTINGTON, p. 145).

Das 19 sociedades¹¹ em que mais de 35% do público acredita

11 Dados da Pesquisa Mundial de Valores (Word Values Survey, 1995-1998).

que a maioria das pessoas merece confiança, 14 são historicamente protestantes, três são de influência confuciana, uma é predominantemente hindu, e apenas uma (Irlanda) é historicamente católica (INGLEHART, 2002, p. 135). A organização hierarquizada, burocrática e centralizadora da igreja católica diminui a confiança interpessoal. O impacto de viver em uma sociedade com instituições católicas ou protestantes tem consequências a longo prazo na confiança interpessoal.

Lipset e Lenz (2002) vão associar essa influência cultural da religião que leva a uma maior desconfiança interpessoal ao desenvolvimento econômico e à corrupção. Usando dados do Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional (Corruption Perception Index, CPI, 1998) e da Word Values Survey de 1995) os autores afirmam que países dominados por protestantes são menos corruptos porque os protestantes são mais rigorosos no comportamento que exige o respeito as normas.

Os protestantes, particularmente os sectários, acreditam que indivíduos são pessoalmente responsáveis por evitar o pecado, enquanto outras igrejas cristãs, especialmente a Igreja Católica, dão mais ênfase à fraqueza inerente dos seres humanos, a sua capacidade de evitar o pecado e o erro, e à necessidade de que a Igreja seja mais tolerante e protetora. As igrejas católica, anglicana e ortodoxa tendem a aceitar melhor a fraquezas humanas, porque o clero tem autoridade de aliviar o indivíduo de algum senso de responsabilidade. (LIPSET; LENZ, 2002 apud HARRISON; HUNTINGTON, 2002, p. 183).

As tradições religiosas tem um impacto duradouro no sistema de valores das sociedades. Os protestantes seriam dessa forma incentivados a institucionalizar a virtude, à obediência às normas e a desenvolver um forte senso do que é corrupção. Organizações como a Igreja Católica, marcadas pela burocracia, pela hierarquia e centralização parecem corroer a confiança interpessoal (INGLEHART; WELZEL, 2003, p. 100-102).

Considerações finais

A insatisfação com o desempenho das instituições não é privilégio apenas dos países em desenvolvimento como também das democracias consolidadas. A filiação partidária tem caído, mas isso não implica a não participação na vida política. Estão aparecendo novas formas de participação; a condução às urnas de forma disciplinada pelos partidos políticos dá lugar a ações políticas não convencionais como passeatas e ocupação de instalações físicas.

A evolução da sociedade de sobrevivência para a sociedade de autoexpressão aumenta a desconfiança na autoridade das elites, explicada também por níveis mais elevados de escolaridade e renda que dão a possibilidade dos cidadãos terem um maior poder cognitivo. E quanto mais escolarizados, mais críticos eles se tornam, o que seria o paradoxo da democracia; liberdade suficiente para lutar por direitos e a incapacidade de atender a todas as demandas.

Segundo as pesquisas aqui mostradas, os percentuais de desconfiança nas instituições políticas, principalmente os partidos políticos, também tem relação direta com a percepção da corrupção e a exposição nas mídias de massa. Tendo como base o escândalo do mensalão, quanto mais conhecimento se tem de um fato, pior é a avaliação do desempenho dos parlamentares. Os índices de reprovação dos parlamentares também estão diretamente relacionados à escolarização, os mais escolarizados são os que mais reprovam a atuação dos parlamentares.

Como o cidadão passa a ter na mídia uma relevante fonte de informação o papel de agente de representação dos partidos passam por mudanças, há uma clara diminuição nos números de filiados, mas essa queda não significa crise. Os partidos passam a ter como prioridade os cargos públicos, a identidade partidária some, o que faz com que a sociedade sinta cada vez menos a necessidade de ter os partidos como seus mediadores. Dessa forma, a confiança diminui à medida que o cidadão enxerga no partido uma instituição que representa o interesse do partido e não da sociedade.

Se a principal fonte de informação política deixa de ser o partido e passa a ser a mídia é compreensivo que o conteúdo político partidário dentro desses meios seja menor. Deixamos de lado a posição de crise nos partidos políticos e passamos a ver o comportamento da sociedade como um momento de mudanças: a forma de participação política está mudando, do

voto para manifestações, plebiscitos, abaixo-assinados. Há um enfraquecimento das formas de participação lideradas pela elite, o público sai das campanhas eleitorais dominadas pelas elites para formas de participação mais autônomas e contestadoras. E os partidos também mudam, o foco das campanhas sai dos partidos para a figura dos líderes.

E são esses líderes que passam a ser objeto de pesquisas de opinião que avaliam principalmente a relação entre a reprovação por parte da sociedade e a percepção de atos de corrupção.

Por fim, outra questão a considerar nas futuras pesquisas é que a percepção que as instituições democráticas não atendem as expectativas da sociedade pode ampliar a adesão a formas autoritárias de poder.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio Weber. **Nota sobre a relação entre percepções de corrupção e liberdade de informação**. 2002. Disponível em: <<http://www.transparência.org.br/docs/>>. Acesso: em 01 abr. 2010.

_____. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 73, p. 33-37, nov. 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Barômetro AMB de confiança nas instituições brasileiras**. IPESP, 2008.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Luiz Otávio. **Como a corrupção abalou o governo Lula**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005

DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Nova York: Oxford University Press, 2007.

DALTON, Russell J.; MALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Análise Social**, vol.38, n.167, 2003, p.295-320.

DATAFOLHA. 2012. **Julgamento do mensalão**. São Paulo, Instituto de pesquisas Datafolha. Disponível em: <www.datafolha.com.br>. Acesso em: 23 set. 2012.

FUKUYAMA, Francis. Capital Social In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Org.). **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002. p.155-171

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Org). **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

HENRIQUE, Ana Lúcia. Quando imagem vira caso de democracia; aspectos da desconfiança no congresso nacional brasileiro In: NICOLAU, Jairo; BRAGA, Ricardo de João (Org). **Para Além das Urnas: reflexões sobre a Câmara dos Deputados**. Brasília: Edições Câmara, 2011. p.417-452.

_____, Ana Lúcia. **Cidadãos Crentes, Críticos e Ocultos: assimetrias da confiança no Congresso Nacional**. Brasília. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. 2010

HUNTINGTON, S. P. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

LIPSET, Seymour Martin; LENZ, Gabriel Salman. Corrupção, Cultura e Mercados. In: HUNTINGTON, Samuel; HARRINSON, Lawrence (orgs.). **A cultura Importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro, Record. 2002.

MAIR, Peter. **Os partidos políticos e a democracia**. *Análise Social*. vol.38, n.167, 2003, p.277-293.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (Org). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo, EDUSP, 2013.

MOISÉS, José Álvaro (Org). **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo, EDUSP, 2010.

_____. A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, junho, p. 251-267, jun. 2010. (Encarte Tendências).

PORTO, M. A crise de desconfiança política e suas instituições. In: BAQUERO, Marcello (org), **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996, p.41-64.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O paradoxo de Rousseau: uma interpretação democrática da vontade geral**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SCHLEGEL, Rogério. **Mídia, confiança política e mobilização**. São Paulo: USP, 2005.

SHIN, Doh Chull; PARK, Chong-Min. Apoio Popular à Democracia e Confiança Institucional na Coreia do Sul, 2006. In: MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?** São Paulo: Edusp, 2010.

TRANSPARÊNCIA Brasil. 2002. **O Brasil e o Índice de Percepções de Corrupção –2001**, Transparência Brasil, São Paulo. Disponível em: <www.transparencia.org.br/tbrasil-ie.asp>. Acesso em: 01 de agosto de 2013.